

## ***A ação do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Pernambuco (Sindmetal): um caso de renovação do poder sindical?***<sup>1</sup>

Victor de Oliveira Rodrigues (UFPB)<sup>2</sup>

### **Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar, ainda que de forma não exaustiva, a atuação do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Pernambuco, o Sindmetal, no contexto recente marcado pelo surgimento, ápice e crise da indústria naval pernambucana.

Nos períodos de surgimento e ascensão da indústria naval local, tomando como marco o início das atividades do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em 2008, o Sindmetal teve, por lado, uma postura passiva diante do empresariado e, por outro, sérias dificuldades no relacionamento com os seus representados – os trabalhadores. Já no período atual, marcado pela de crise (*ou declínio?*) do setor naval, iniciada em 2014, onde está colocada inclusive a possibilidade de fechamento do EAS, o Sindmetal tem passado, de acordo com os seus próprios termos, por uma “reestruturação” da entidade. Tem renovado, portanto, os seus recursos e o seu repertório de ação. A nossa hipótese, informada pelas proposições analíticas de Levesque e Murray (2010), é que está em curso um processo de renovação do poder sindical local.

A estrutura deste texto é composta de duas partes. Primeiramente, contextualizaremos o nascimento do polo naval, em Pernambuco, como expressão local de políticas nacionais de orientação (novo) desenvolvimentista que marcaram a passagem do Partido dos Trabalhadores (PT) pelo comando do governo federal (2003-2014). Em seguida, com base em dados secundários, analisaremos o perfil dos trabalhadores navais e, a partir, também, de observação e entrevistas, analisamos como o Sindmetal tem encarado os desafios que estão postos.

---

<sup>1</sup> Esse artigo condensa algumas questões que são parte da pesquisa de doutorado do autor no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

<sup>2</sup> Bolsista CAPES.

### *1. O contexto (novo) desenvolvimentista nacional e o nascimento da industrial naval em Pernambuco*

Como uma forma de reação às políticas neoliberais que foram aplicadas na América Latina, sobretudo nos anos 1990, os anos 2000 foram marcados pela eleição de governos de centro-esquerda em países como, por exemplo, Brasil, Argentina e Chile e, de esquerda, em países como Venezuela, Bolívia e Equador. Muitos analistas falaram que o continente vivenciava então uma espécie de ressaca do neoliberalismo.

No caso do Brasil, sobretudo a partir da eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas neoliberais ganharam força. Reformas no sentido de reduzir o tamanho e a esfera de atuação do Estado, privatizações, desregulamentação do mercado financeiro, desmantelamento do mercado de trabalho e enfretamento aos sindicatos foram a tônica do período FHC.

A primeira década do século XXI, no entanto, inaugurou um novo período na história do Brasil. A novidade reside na inédita chegada de uma liderança oriunda do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república. Tendo estreado na vida pública como líder sindical nos anos 1970 e 1980 à frente do chamado “novo sindicalismo”, a eleição de Lula, em 2002, ainda que em um governo ancorado em uma coalização de forças diversas, teve uma forte carga simbólica e, conseqüentemente, gerou fortes expectativas nos movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil, especialmente, no sindicalismo.

Dentre as expectativas geradas com a eleição de Lula, portanto, esperava-se, por um lado, que estancasse o desmanche neoliberal e, por outro lado, que desse início a uma agenda de reformas sociais progressistas. No que se refere ao mundo do trabalho, alguns pesquisadores avaliam que os governos Lula (2003-2010) e, também, o primeiro governo Dilma (2011-2014), funcionaram, ainda que parcialmente, como uma barreira de contenção dos avanços neoliberais que buscavam aprofundar a precarização do trabalho no Brasil (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014; LADOSKY, RAMALHO e RODRIGUES, 2014; FERRAZ e BRIDI, 2014).

Uma das primeiras medidas do governo Lula nesse sentido, por exemplo, foi retirar da pauta do senado o projeto de lei que objetivava alterar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que, se aprovado, faria com que o negociado prevalecesse sobre o legislado nas relações de trabalho (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014).

A política de valorização real do salário mínimo, o aumento do número de empregos formais, a inclusão de segmentos antes excluídos do mercado de trabalho, tais como as empregadas domésticas e a contenção de projetos de lei que buscavam ampliar a terceirização para as atividades fins, são apontados como medidas positivas adotadas na era do lulismo (SINGER, 2012).

Bresser-Pereira (2003) utiliza a expressão “novo desenvolvimentismo” ao destacar a retomada de uma perspectiva nacional desenvolvimentista ainda no primeiro governo Lula. Questionando se houve de fato uma orientação desenvolvimentista no período mencionado, fala-se, ainda, em “desenvolvimentismo às avessas” (GONÇALVES, 2012).

Não exploraremos aqui os pormenores teóricos e conceituais acerca do controverso desenvolvimentismo, o que extrapolaria os limites deste texto, mas apenas sinalizamos de antemão que concordamos que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2014, significaram, ainda que de forma contraditória, uma inflexão na agenda pública neoliberal até então adotada no Brasil. Nesse sentido, de acordo com Singer e Loureiro (2016), este período foi marcado pelo signo da contradição:

“Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas.” (SINGER e LOUREIRO, 2016:13)

O ciclo petista foi marcado, portanto, por um “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2016). Conforme destaca André Singer (2016), a noção de ensaio permite realçar o caráter efêmero, incompleto e inacabado que esta experiência teve. Já o termo desenvolvimentista destaca o caráter antineoliberal que marcou a orientação política dos governos brasileiros nos anos 1990.

No entanto, o início do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014, numa conjuntura de crise econômica e política, ficou marcado por uma guinada ortodoxa no âmbito das políticas econômicas:

“Após ser reeleita, com o aprofundamento da crise política e econômica, Dilma rompe com o arranjo anterior e passa a dar

prioridade ao ajuste fiscal e ao controle da inflação por meio da suspensão das políticas anticíclicas, cortando o investimento público, aumentando a taxa de juros e desvalorizando a moeda. Embora as políticas sociais bem-sucedidas tenham sido mantidas, tais medidas afetaram sobremaneira a taxa de ocupação e os salários, exacerbando a crise política.” (Véras de Oliveira, 2017:16)

Em seguida ao processo de impeachment<sup>3</sup> de presidenta Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016, formou-se uma coalização conservadora em torno então vice-presidente, e atual presidente em exercício, Michel Temer, que adotou uma agenda de reformas de caráter neoliberal num ritmo e intensidade sem precedentes na história do Brasil.

Entre as principais medidas bancadas pelo governo Temer, destaca-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, conhecida como PEC dos gastos públicos, e nomeada de PEC do fim do mundo por intelectuais críticos e movimentos sociais, que congela os investimentos públicos, durante vinte anos, à apenas a reposição da inflação. Serviços fundamentais, como saúde e educação, além de outras políticas sociais, entre elas o programa Bolsa Família, serão diretamente afetados<sup>4</sup>.

Além disso, em relação ao mundo do trabalho, a recém aprovada reforma trabalhista aprofundou o desmonte da legislação que protegia os trabalhadores e intensificou a retirada de direitos, instituindo, por exemplo, a desregulamentação do mercado de trabalho, a terceirização irrestrita, a primazia do negociado sobre o legislado etc<sup>5</sup>.

### 1.1 *O nascimento da industrial naval em Pernambuco*

O Nordeste e, especialmente, o estado de Pernambuco, foi um dos principais beneficiados pelo recente ciclo de crescimento e, conseqüentemente, um dos principais atingidos pela crise atual. Ao menos desde 2014 esta região experimenta uma grave crise econômica que se traduz na regressão de importantes indicadores sociais e econômicos.

---

<sup>3</sup> Ver Véras de Oliveira (2017).

<sup>4</sup> Segundo Véras de Oliveira (2017), com base em pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2016), as estimativas são de redução da quantidade de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família. De um total de 14 milhões de famílias beneficiadas, o que equivale à 97% do total de famílias abaixo da linha da pobreza, restarão 24%.

<sup>5</sup> No momento em que escrevemos esse texto, está em discussão no congresso, e negociado entre o poder executivo e o legislativo, um projeto de reforma da previdência que visa dificultar o acesso dos trabalhadores a este benefício.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007<sup>6</sup>, foi o símbolo máximo da nova orientação desenvolvimentista adotada no segundo governo Lula (2007-2010) e, intensificada, no primeiro governo Dilma (2011-2014). O PAC consistiu em um conjunto de medidas que visava “incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento” (PAC, 2007, p.2).

Antes, no entanto, 2003 e 2004, o governo federal brasileiro lançou, respectivamente, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). O PROMEF possuía três objetivos básicos: 1) construir navios no Brasil; 2) que estes navios tivessem pelo menos 65% de conteúdo nacional na primeira fase e 70% na segunda fase; 3) alcançar um padrão de competitividade internacional<sup>7</sup>.

Em 2005, as empresas Queiroz Galvão e Camargo Corrêa anunciaram a criação da empresa Estaleiro Atlântico Sul (EAS) que passou a funcionar, em 2008, no Porto de Suape. O estado de Pernambuco, que não possuía tradição na indústria naval, passa a ser sede do maior estaleiro do Brasil.

A história de Suape é antiga e remonta há mais de trinta anos. Em 1955, o francês Louis-Joseph Lebreton, economista e padre dominicano, publicou um estudo em que propunha um projeto de desenvolvimento para Pernambuco inspirado na ideia de integração porto-indústria, tal como havia realizado no porto francês de Marseille-FOS (LEBRET, 1955; GODOY, 2014).

---

<sup>6</sup> “Naquela ocasião, Lula entregou a sua coordenação à nova Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, escolhida para lhe suceder. O PAC foi o principal instrumento do discurso eleitoral da candidatura de Dilma.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014).

<sup>7</sup> <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/promef-mercado-da-industria-naval-brasileira-esta-em-franca-expansao.htm> acessado em 09/01/2018

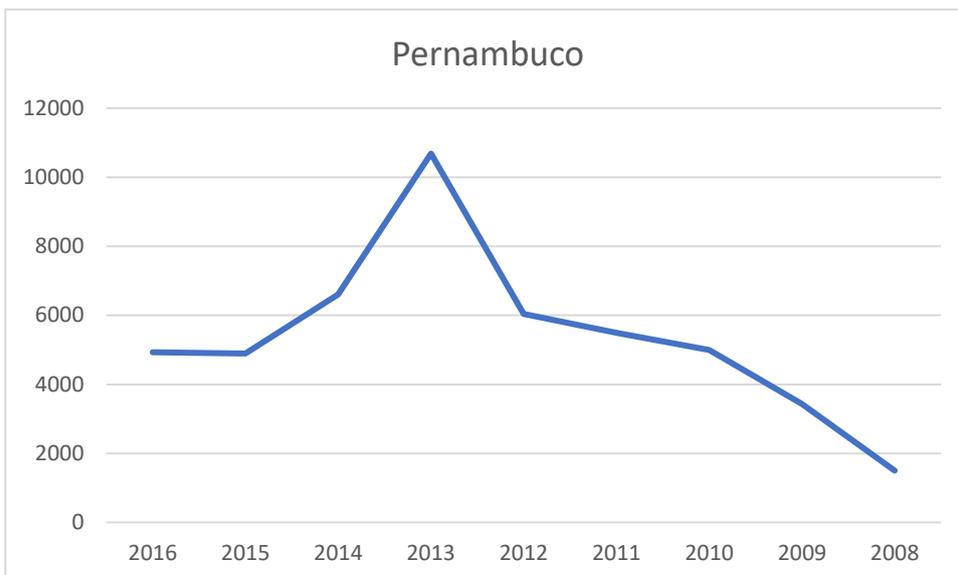


Fonte: CONDEPE/FIDEM (2008)

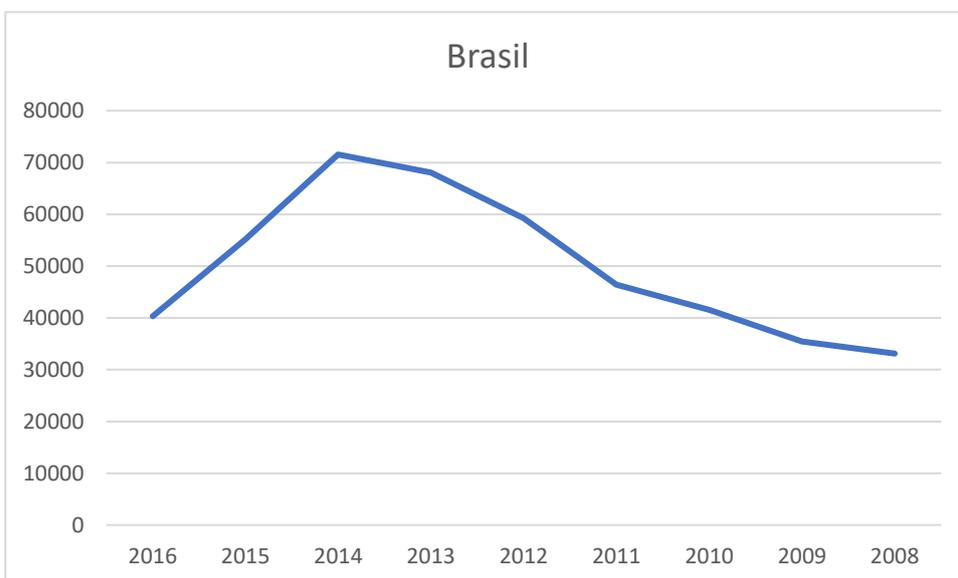
O dinamismo econômico, no entanto, só veio nos anos 2000. Tendo sido um dos principais beneficiários dos investimentos e dos estímulos oriundos dos programas já mencionados, o Porto de Suape representou “exemplarmente a nova plataforma desenvolvimentista no Nordeste” (GODOY, 2014).

No polo naval do Porto de Suape, além do Estaleiro Atlântico Sul, há também o Estaleiro VARD PROMAR. A seguir, apresentaremos, sucintamente, algumas das principais características do perfil dos trabalhadores deste segmento<sup>8</sup>. Os gráficos abaixo mostram a evolução do número de postos de trabalho, em Pernambuco e no Brasil, no setor naval. Como poderemos observar, o ápice da geração de empregos foi entre 2013 e 2014 e, em seguida, o setor entrou em crise.

<sup>8</sup> Utilizamos a CNAE 2.0 (CLASSE 30113 - Construção de embarcações e estruturas flutuantes; CLASSE 30121 - Construção de embarcações para esporte e lazer e CLASSE 33171 - Manutenção e reparação de embarcações).



Fonte: RAIS / MTE. Elaboração própria.



Fonte: RAIS / MTE. Elaboração própria

### *O perfil dos trabalhadores do setor naval*

#### a) Escolaridade

A maioria dos trabalhadores do polo naval, em Pernambuco, possui ensino médio e ensino superior completo. Em 2008, se somados, estes trabalhadores correspondiam a cerca de 84 % do total. Já em 2016, a mesma soma corresponde a cerca de 86%. Notamos, no entanto, uma diferença na composição: entre 2008 e 2016 observa-se um leve aumento no número de trabalhadores de com ensino médio, passando de 65% para 75%. Por outro lado, observamos uma redução da quantidade de trabalhadores com ensino superior completo, passando de 15% em 2008, para 7% em 2016.

Os trabalhadores com ensino médio, possivelmente, possuem curso técnico, mas este dado não aparece desagregado na base de dados utilizada (RAIS). Não podemos afirmar conclusivamente, mas lançamos aqui a hipótese, a será verificada através de trabalho de campo, de que os trabalhadores técnicos estejam realizando o trabalho que caberia aos trabalhadores com ensino superior completo. A presença de trabalhadores analfabetos e de trabalhadores com pós-graduação (mestrado ou doutorado) não atinge sequer 1% da totalidade.

Tabela 1 - Escolaridade

	2008	%	2016	%
Fundamental Incompleto	63	4,1	280	5,6
Fundamental Completo	89	5,9	166	3,3
Médio Incompleto	88	5,8	270	5,4
Médio Completo	1031	68,6	3845	78
Superior Completo	230	15,3	364	7,3
Mestrado	0	0	1	0,02
Doutorado	0	0	0	0
Total	1501	99,9	4926	99,9

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

#### b) Sexo

Em relação ao sexo da categoria de trabalhadores navais, trata-se de um segmento majoritariamente masculino. A participação das mulheres, ainda que tenha ensaiado algum crescimento, despencou se observarmos o intervalo entre 2008 e 2016. Não temos uma hipótese para explicar essa movimentação, mas será investigada no decorrer da pesquisa.

Tabela 2 - Sexo

Sexo Trabalhador	2008		2016	
	Valor	% coluna	Valor	% coluna
Masculino	1230	81,9	4579	92,9
Feminino	271	18	347	7,0
Total	1501	100	4926	100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

Na tabela abaixo podemos observar as variações da composição, por sexo, dos trabalhadores:

Tabela 2.1 - Sexo

Ano	Masculino		Feminino	
	Valor	%		%
2008	1230	81,9	271	18,0
2009	3004	87,4	431	12,5
2010	4421	88	573	11,4
2011	4841	88	655	11,9
2012	5340	88,3	701	11,6
2013	9720	90,9	964	9,0
2014	6007	90,9	600	9,0
2015	4502	91,9	392	8,0
2016	4579	92,9	347	7,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

### c) Tempo de Serviço

O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela alta rotatividade dos trabalhadores nos postos de emprego. No caso dos trabalhadores da construção naval, em Suape, não é diferente. Neste caso, no entanto, a rotatividade elevada coexiste com um núcleo cada vez mais reduzido que permanece por um tempo mais longo no emprego. Nossa hipótese é de que por tratar-se de um setor que se organiza a partir das encomendas para a fabricação de navios, ocorre que, em períodos de maior demanda, a contratação de trabalhadores aumenta e, em períodos de baixa demanda, as demissões aumentam. Os números indicam que as empresas tentam reter um pequeno núcleo de trabalhadores mais qualificados que seriam de difícil recontração posterior.

Tabela 3 – Tempo de Serviço

	Até 2,9 meses (%)	3,0 a 5,9 meses (%)	6,0 a 11,9 meses (%)	12,0 a 23,9 meses ( %)	24,0 a 35,9 meses ( %)	36,0 a 59,9 meses ( %)	60,0 a 119,9 meses ( %)	120,0 meses ou mais (%)
2008	19,7	18,5	36,4	25,1	0	0	0	0
2009	12,7	10,9	37,5	28,5	10,1	0	0	0
2010	15,0	15,0	11,9	35,1	16,4	6,2	0	0

2011	8,2	14,4	29,4	16,6	17,8	13,3	0	0
2012	20,2	8,3	14,7	23,5	10,9	19,5	2,5	0
2013	17,6	22,3	17,5	14,7	11,0	11,9	4,7	0
2014	6,3	3,8	11,3	26,1	14,0	21,6	16,6	0
2015	4,8	4,0	11,0	17,1	21,4	20,9	20,5	0
2016	8,1	9,2	4,6	11,3	12,7	26,2	27,5	0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

#### d) Faixa Etária

Se compararmos o intervalo entre 2008 e 2016, observamos que houve uma redução considerável dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos. Estes passaram de 28%, em 2008, para 11%, em 2016. Por outro lado, os trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos, que, em 2008 representavam 27% da categoria, passaram a representar 42%. A grande maioria do segmento se concentra nas faixas etárias de 25 a 39 anos.

Faixa Etária	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)
15 A 17	0	0	0	0,0	0,3	0	0	0	0,0
18 A 24	28,7	38,1	30,8	22,8	21,2	19,8	17,2	15,4	11,7
25 A 29	24,9	21,3	24,0	24,3	24,4	24,5	26,1	26,2	25,8
30 A 39	27,9	24,6	28,4	32,8	32,9	34,7	35,8	38,5	42,1
40 A 49	10,7	10,3	11,4	13,3	14,2	14,4	14,3	14,4	15,3
50 A 64	7,1	5,2	5	6,3	6,3	6	6	5,1	4,6
65 OU MAIS	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1
Total		100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

#### e) Remuneração

Observando os números relativos a remuneração, percebemos que a maioria dos trabalhadores navais recebem entre dois e quatro salários mínimos. Quando analisamos a evolução das faixas de remuneração, comparando o intervalo entre 2008 e 2016, constatamos que houve, por um lado, um aumento significativo dos trabalhadores que recebem entre dois e três salários mínimos e, por outro, uma redução considerável dos trabalhadores que recebem os mais altos salários.

Faixa Remun Média (SM)	Ano					
	2016		2013		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 0,50	57	1,1	182	1,7	0	0
0,51 a 1	2	0	44	0,4	0	0
1,01 a 1,5	399	8	1038	9,7	1008	67,1
1,51 a 2	244	4,9	697	6,5	43	2,8
2,01 a 3	2009	40,7	2297	21,4	41	2,7
3,01 a 4	1019	20,6	1577	14,7	19	1,2
4,01 a 5	343	6,9	1370	12,8	10	0,6
5,01 a 7	325	6,5	1563	14,6	37	2,4
7,01 a 10	197	3,9	692	6,4	62	4,1
10,01 a 15	120	2,4	702	6,5	153	10,1
15,01 a 20	45	0,9	209	1,9	55	3,6
Mais de 20	47	0,9	264	2,4	73	4,8
{ ñ class }	119	2,4	49	0,4	0	0
Total	4926	100	10684	100	1501	100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração Própria

Em síntese, o perfil dominante dos trabalhadores do polo naval em Suape é composto majoritariamente por homens, que possuem entre 25 e 39 anos, recebem entre dois e quatro salários e, em sua maioria, possuem o ensino médio completo ou, ainda, em menor quantidade, possuem uma graduação.

O ressurgimento do setor naval, a partir da criação dos estaleiros, colocou novos desafios para o sindicato dos trabalhadores do setor, o Sindmetal: representar um novo perfil de operários, diversificado, e ter, ainda, que negociar com empresas de diferentes (grandes) dimensões das que estava habituado.

## 2. *O Sindmetal: está em andamento uma renovação do poder sindical?*

O Sindmetal (Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do estado de Pernambuco), comumente chamado apenas de sindicato dos metalúrgicos, foi fundado em 1935. Posteriormente, no final dos anos 1970, como expressão local do “*novo sindicalismo*”, que nasceu no Abc paulista e se espalhou para o restante do país, o Sindmetal foi conquistado por uma chapa da chamada esquerda sindical.

O *novo sindicalismo*, movimento que surge a partir das greves dos metalúrgicos na região ABC paulista no final dos anos 1970, tinha como principais características, entre outras, uma nova forma de ação sindical que buscava aproximação com os trabalhadores de base através de uma maior organização nos locais de trabalho, opção pelo confronto aberto e radical com os patrões e, também, uma oposição ferrenha à estrutura sindical brasileira. O novo sindicalismo buscou, também, a partir das práticas apontadas acima, forjar uma identidade que se contrapunha à identidade sindical populista e burocrática, que teria sido a marca da ação sindical entre os anos de 1945 e 1964 (SANTANA, 1998). Segundo Rodrigues:

De repente, os trabalhadores, que raramente eram mencionados nos jornais da chamada grande imprensa e que quando se faziam presentes apareciam apenas nos cadernos de economia, passam a ocupar as primeiras páginas de todos os periódicos, bem como o noticiário do rádio e televisão e, com as greves, naquele período, conseguem se colocar – de um momento para o outro – no centro das atenções políticas do país inteiro (RODRIGUES, 2003, p. 301).

A retomada das lutas sociais pelos trabalhadores culminou com a construção de novas entidades de representação classista: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e, por fim, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Foi, portanto, quando “novos personagens entraram em cena” (SADER, 1991).

O Sindmetal, ao ser conquistado pela por uma chapa de oposição no final dos anos 1970, tornou-se, portanto, uma das expressões locais do novo sindicalismo. Para termos uma dimensão da importância deste sindicato, mencionamos que o primeiro presidente do Sindmetal identificado com a esquerda sindical, viria a ser, em seguida, o primeiro

presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, anos mais tarde, seria também primeiro prefeito da cidade do Recife eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

No acompanhamento que fazemos através da imprensa local, observamos que, desde 2008, ano em que o Estaleiro começou a funcionar, os trabalhadores denunciam, constantemente, que são submetidos ao arbítrio e aos abusos de poder das gerências. As relações entre os metalúrgicos e a direção do EAS não se constituíram de forma pacíficas.

Em uma paralisação dos trabalhadores do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), que ocorreu em setembro de 2011, por exemplo, ficou evidente o hiato entre os trabalhadores de base e a direção do sindicato, como podemos constatar na fala do então presidente do Sindimetal, Alberto Alves (Betão): *“Existe um pessoal que desmancha tudo o que a gente faz. O conflito da semana passada foi para desmoralizar a categoria”*<sup>9</sup>. Ainda de acordo com a matéria publicada no Jornal do Commercio (JC), a relação entre o sindicato (Sindmetal) e os trabalhadores de EAS era conturbada: *“Uma parcela considerável dos trabalhadores rejeita o sindicato, sob a justificativa de que ele não defende como deveria as reivindicações trabalhistas”* (JC, 21/09/2011).

A princípio verificou-se que o sindicato que atua em Suape foi incapaz de articular ações que o habilitasse como interlocutor privilegiado e legítimo dos trabalhadores. O Sindmetal se limitava a encaminhar as demandas dos trabalhadores para que fossem resolvidas através da via judicial.

A nova dinâmica estabelecida na categoria a partir da crise de 2014, somada ao novo perfil dos metalúrgicos (setor naval) e à inércia da direção do sindicato, foi capaz fazer com que houvesse um fato pouco comum: uma divisão dentro da direção da entidade e duas chapas, ambas filiadas ao mesmo grupo político no interior da CUT, disputaram às eleições. O resultado foi um processo renovação parcial dos membros da diretoria da entidade<sup>10</sup>.

Essa renovação também se expressa em algumas ações do sindicato: reforma da sede do principal e a construção de subsedes mais próximas dos locais de trabalho e a aquisição de um clube de campo. Além disso, notamos também uma maior aproximação com os

---

<sup>9</sup> Jornal do Commercio (JC, 21/09/2011).

<sup>10</sup> O presidente do sindicato, naquela ocasião, estava à frente da entidade por cinco mandatos. Cada mandato possui três anos.

trabalhadores do Polo Automotivo (Fiat, sediada no litoral norte de Pernambuco) e do polo naval. Segundo o atual presidente do Sindmetal<sup>11</sup>:

Assumimos o sindicato em 2014, 10 de agosto de 2014 com 6 mil e... 6 mil e 100 trabalhadores. Estaleiro Atlântico Sul, na realidade, ele só teve uma assembleia que foi no começo, depois nunca teve mais. E a gente tinha um compromisso que precisava fazer assembleia lá. E depois de não sei quantos anos a gente conseguiu fazer assembleia com 6.100 trabalhadores. Isso daí foi muito ganho, que o trabalhador começou a vivenciar que o seu sindicato realmente tava se *aproximando*, tava chegando próximo. Tava começando a acreditar, mesmo tendo pessoas que duvidavam ainda por causa devida da antiga gestão. Não foi fácil... Então não foi fácil, muita gente não acreditava na gente, e hoje vem mudando o seu ciclo. É tanto que lá a gente não tinha nenhum sócio, hoje já temos quase 200 sócios lá dentro do Estaleiro Atlântico Sul. Uma das maiores conquistas dentro do estaleiro foi na nossa gestão (*Entrevista concedida ao pesquisador em 01/2017*)

Sobre as negociações com a FIAT<sup>12</sup>:

E quando assumimos, em 2014, a Fiat não queria negociar, não queria negociar, então quando é... Começamos em setembro de 2015 fazer mobilização, começamos a tocar fogo na estrada, é... voltado para Goiana, isso despertou a Fiat. A subsele da gente, eu acho que já vai fazer, é... quase um ano que tá lá. Uns 9 meses mais ou menos, que tá lá. A gente leva um médico para lá toda quinta-feira para atender os trabalhadores.

Pesquisador: E a aceitação do sindicato lá, pelos trabalhadores?

É... ainda é muita dúvida. Ainda fica uma interrogação, é... até porque a Fiat em si, ela tem uma linha de informar para os seus trabalhadores que não peguem o boletim do sindicato. Não peguem. Toda vez que a gente vai lá, no mínimo 30% não pega o boletim do sindicato, porque ele fica com receios. Fica com receio e termina que não pega. Mas eu acho que é gradativamente, eu

---

<sup>11</sup> O atual presidente é Henrique Gomes, eleito inicialmente em 2014 e reeleito, a partir de 2018 para um novo mandato.

<sup>12</sup> A montadora FIAT inaugurou, em 2015, uma fábrica do Jeep em no polo norte de Pernambuco. A análise da ação sindical e do trabalho no polo automotivo não está entre os nossos objetivos nesta pesquisa. Citamos o caso apenas para ilustrar o processo de renovação do poder sindical.

acho que depois dessa conquista que tivemos, a gente gradativamente...

Pesquisador: E sobre a filiação dos trabalhadores da Fiat?

Filiação a gente tem, se eu não me engano, uns 3 filiados, de 10 mil trabalhadores. Não é porque assim... que o sindicato não tá atuando...

### **Considerações Finais**

De acordo com a nossa hipótese de trabalho, os depoimentos acima são indícios de um processo de renovação do poder sindical. A definição de renovação sindical adotada aqui compreende o conjunto de tentativas elaboradas pelos sindicatos para fazer frente aos desafios que estão postos (FREGE e Kelly, 2004) como, por exemplo, a sua perda de influência e de representatividade, a redução do número de filiados e, ainda, as perseguições coordenadas pelos poderes públicos contra os sindicatos (NIZZOLI, 2017).

O poder sindical, por sua vez, é a capacidade de os sindicatos imporem sua agenda e defenderem seus interesses e é composto pelos recursos de poder e pelas habilidades estratégicas dos atores sindicais. O poder sindical, portanto, abarca, por um lado, os recursos de poder e, por outro, as habilidades estratégicas dos atores (LEVESQUE e MURRAY, 2010).

Os recursos de poder compreendem: 1) a solidariedade interna, que é composta de duas dimensões: a coesão do grupo, ou seja, a identidade (s) coletiva e, por outro lado, a vitalidade deliberativa, que significa a existência de canais institucionais que permitam uma efetiva participação dos trabalhadores na vida sindical. Isto se traduz, entre outras formas, na presença da representação sindical nos locais de trabalho e, inclusive, na existência de grupos ou correntes de oposição que possam participar das eleições e se expressar democraticamente sobre as políticas do sindicato; 2) a solidariedade externa, que está relacionada com a inserção dos sindicatos em redes com grupos comunitários, movimentos sociais e outros atores; 3) os recursos narrativos, que são os quadros narrativos interpretativos e narrativos mobilizados para explicar e justificar as ações do sindicato. 4) os recursos organizacionais, que são os meios que o sindicato dispõe para produzir os recursos materiais e humanos que ele necessita (LEVESQUE e MURRAY, 2010).

No entanto, ainda que fundamentais para compreensão de poder sindical, os recursos de poder não oferecem uma explicação suficiente. Sobretudo em contextos de mudança, é fundamental compreender as habilidades dos atores (LEVESQUE e MURRAY, 2010) : *Nós cremos que é essencial não se concentrar simplesmente sobre o desenvolvimento dos recursos dos sindicatos, mas considerar igualmente as habilidades estratégicas, que justamente permitem desenvolver, utilizar e transformar esses recursos segundo as exigências do contexto.* (LEVESQUE e MURRAY, 2010 : p. 52). As habilidades são as disposições, o saber-fazer e as competências sociais que podem ser desenvolvidas, transmitidas e aprendidas (LEVESQUE e MURRAY, 2010).

A noção de habilidades estratégicas elaborada por Levesque e Murray (2010) certamente pode ser enriquecida com a noção de capital militante, que é o saber fazer prático apreendido no cotidiano da militância (MATONI & POUPEAU, 2004). Compreender a renovação do poder sindical passa não só pela renovação de recursos e habilidades, mas também pela compreensão sobre quais são os tipos de capital militante e de capital político requeridos para que os atores entrem ou permaneçam em cena no campo político-sindical (BOURDIEU, 2005).

Além disso, faz-se necessário investigar, mais detidamente, quais são as estratégias desenvolvidas pelo Sindmetal para renovar seu poder de ação. Trata-se de um processo impulsionado pelo alto, no plano nacional ou, ainda, no âmbito da CUT? Ou, pelo contrário, é um processo que emerge a partir da escala local? Quais são as imbricações entre as dimensões nacional e local? Por hora, esses são alguns dos questionamentos que nortearão o desenvolvimento desta pesquisa.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Sindicalismo na Era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: Vêras de Oliveira, Roberto; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos. (ORG). O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 29-59.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5ª Edição atualizada. São Paulo: Editora 34, 2003.

FERRAZ, Marcos; BRIDI, Maria Aparecida. Olhares Sindicais sobre o Governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais. In: Vêras de Oliveira, Roberto; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos. (ORG). O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 87-114.

FREGÉ C., KELLEY J. (2004), *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization* in *a Globalizing Economy*, New York, Oxford University Press, <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199270149.001.0001>.

GODOY, José Henrique Artigas. Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape / PE. 38º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (APOCS). GT-12. 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A Questão Trabalhista e os Desafios da Ação Sindical nos Anos 2000. In: Vêras de Oliveira, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (ORG). *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 61-85.

LEBRET, Louis-Joseph. Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste. Recife: CODEPE, 1955.

LEVESQUE, Christian ; MURRAY, Gregor « Comprendre le pouvoir syndical : ressources et aptitudes stratégiques pour renouveler l'action syndicale », *La Revue de l'Ires* 2010/2 (nº 65), p. 41-65. DOI 10.3917/rldi.065.004

MATONI, F.; POUPEAU, F. Le capital militant. Essai de définition. Actes de la Recherche – Le capital militant: engagements improbables, apprentissages et techniques de lute. Paris, n.155, dez. 2004.

NIZZOLI, C. (2017) “Quel renouveau pour le syndicalisme contemporain” in *Chronique internationale de l’IRES*, nº 160, décembre.

RODRIGUES, Iram Jacome Rodrigues. *Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990*. In: J.R.Ramalho & M.A.Santana (orgs). *Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

SADER, Eder. (1991). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra. 2ª edição.

SANTANA, Marco Aurélio. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980/2000: Do Ressurgimento à Reorientação*. Cadernos Adenauer, ano 3, nº2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SINGER, André. A (falta) de base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs) *As Contradições do Lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Elementos para uma cartografia do desenvolvimento lulista. In SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs) As Contradições do Lulismo – a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Precarious work, development and the social question in Brazil : A tortuous and difficult path / Roberto Véras de Oliveira. - São Paulo : Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, May 2017. - 25 Seiten = 730 KB, PDF-File. - (Análise / Friedrich Ebert Stiftung Brasil ; No 25) Electronic ed.: São Paulo : FES, 2017 ISBN 978-85-9565-004-6 <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13404.pdf>